

Mulher negra: inserção nos movimentos sociais feminista e negro

Valdenice José Raimundo¹

Professora da Universidade Católica de Pernambuco, Membro
Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero,
Meio Ambiente e Políticas Públicas – GAPP da UFPE

Vitória Gehlen²

Professora do Departamento de Serviço Social e
Coordenadora do GAPP da UFPE

Daniely Almeida³

Graduanda em Serviço Social. Bolsista PIBIC/CNPQ/UFPE

Demarcar historicamente a inserção das mulheres negras nos movimentos feminista e negro demanda que, anteriormente a esta análise, se situem os movimentos sociais e como o movimento feminista e negro é contemplado e se relaciona com este espaço de organização.

Os movimentos sociais existem há muitos séculos, mas apenas na década de 1970 mereceram a atenção dos cientistas sociais. Na literatura sobre o assunto não se encontram até hoje bem definidas suas características essenciais. (Ammann, 1991)

Analisando o pensar de Touraine e Castells, a autora acima citada enumera princípios que caracterizam os movimentos sociais e a partir deles ela constrói seu próprio conceito. Qual seja:

“Uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”.
(Ammann, 1991:22)

¹ Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, Professora da Universidade Popular de Pernambuco, Professora da Pós Graduação Lato Sensu da Universidade Católica de Pernambuco, Membro Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Meio Ambiente e Políticas Públicas – GAPP- UFPE. E-mail: valjrbr@yahoo.com.br .

² PhD em Planejamento e Desenvolvimento em Políticas Públicas, University College London. Profª do Depto. Serviço Social. Coord. do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas – GAPP/UFPE. E-mail: vghlen2@hotmail.com .

³ E-mail: danypatriciaa@bol.com.br .

Scherer-Warren (1993), ao analisar os movimentos sociais, concluiu que não existe entre os estudiosos uma concordância acerca do seu conceito, sendo toda ação coletiva de caráter reivindicatório ou de protesto tida como movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural de luta.

Uma questão que merece atenção nessa discussão é a apresentada por Sousa (1997) e Silva (2000), a idéia de que o que motiva o surgimento dos movimentos sociais são as relações antagônicas entre as classes, cuja base é estabelecida pela relação capital-trabalho. Para as autoras, que não entendem desta forma, os movimentos feminista e negro extrapolam os limites de classe e lutam contra uma postura que inclui valores que foram pré-estabelecidos, em que o homem e a mulher são vistos com diferenças e, brancos e negros, da mesma forma.

Uma análise que se centra apenas nos aspectos estruturais não consegue abranger o sentido pessoal de engajamento nos movimentos sociais (Silva, 2000).

Os movimentos sociais são agentes que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, etc, mas expressam também muito mais do que isto, pois expressam o dever, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade (Touraine apud Araújo, 1999:32).

O movimento feminista e negro é contemplado pelo conceito definido acima, apesar de que entre os dois movimentos serão instauradas diversas diferenças. Para compreendê-los melhor, será feita uma aproximação teórica dos mesmos.

A história do movimento feminista, de acordo com Toledo (2001), pode ser compreendida a partir de três grandes ondas. A primeira se situa no final do século XIX, denominado de movimento sufragista (luta por direito ao voto feminino) e por direitos democráticos (direito ao divórcio, educação completa, trabalho, etc.). A segunda, no final dos anos 60, a luta por liberação sexual, e a terceira, no final dos anos 70, uma luta de caráter sindical, protagonizada pela mulher trabalhadora, na América Latina.

Para a autora, a maior de todas essas lutas, que tomou uma dimensão internacional, foi pelo direito ao voto. O Brasil foi o quarto país do hemisfério ocidental a promulgar, em 1932, esse direito que, em 1937, foi cerceado com a chegada da ditadura do Estado Novo.

No Brasil, na década de 70, em plena ditadura o movimento feminista se direcionou por caminhos diferenciados do caminho tomado pelo movimento internacional. Isto ocorreu porque uma grande ala do movimento no Brasil se atrelou a setores progressistas da Igreja Católica. Este vínculo impossibilitou que se trabalhassem questões centrais do feminismo, quais sejam: liberdade sexual, direito ao aborto, ao divórcio. Por outro lado, se abriu um amplo campo de militância política e inseriram-se na agenda do movimento feminista brasileiro questões como: direitos civis, liberdade política e melhoria de condições de vida. Temas como o racismo, a ênfase nas diferenças de classe foram trazidos para o centro da cena feminina através dos estudos sobre mulher nas sociedades periféricas (Holanda, 2003).

O movimento negro é uma organização política que cumpre o papel de explicitar a contradição no cenário social, político e econômico (Cunha: 1992 Apud Sousa: 1997).

Nesse processo histórico dos movimentos sociais, para Silva (2000) não foram explicitadas e privilegiadas as experiências organizativas empreendidas pelos movimentos de combate à discriminação racial nos últimos três decênios.

Entende-se que, ao analisarmos os dois movimentos em destaque, o movimento feminista teve muito mais atenção por parte dos estudiosos e esta postura se intensifica nos estudos sobre mulheres. Caldwell (2000), investigando a produção teórica do movimento feminista brasileiro, identifica a ausência da raça na maioria das pesquisas sobre a mulher brasileira. Em decorrência disto são poucos os registros das formas históricas de organização do povo negro.

Neste espaço, onde é explícita a dificuldade de articular esses dois movimentos aos conceitos existentes pois ambos superam a idéia de classe, o movimento negro não foi estudado com merecida atenção e então se instala a luta das mulheres negras.

A luta das mulheres negras contra o racismo e suas manifestações através do preconceito e da discriminação racial e contra as contradições presentes na relação entre os gêneros tem feito progressos notáveis no campo dos direitos sociais e humanos. Contudo, a realidade demanda uma ampliação desta luta, com capacidade de apreender na dinâmica social os antagonismos presentes e inerentes a ela.

No que diz respeito à luta pela vida, compreendida na resistência cotidiana que acolhe “... é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque, com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas, sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder”. (Gonzalez: 1982: 104).

A dinâmica social onde está inserida a mulher negra é movida pela ordem capitalista, o que faz com que a luta da maioria seja por direitos sociais⁴ e, muitas vezes, por direitos básicos de sobrevivência, reivindicando junto aos poderes públicos a satisfação de demandas que decorrem das próprias exigências do capital, tal como ele se constitui atualmente.

A mulher negra sempre necessitou estar inserida na luta por melhores condições de existência e isto se dava através de diversas formas de organização, desde o período escravista, no pós-abolição e até os dias atuais, com organizações que nem sempre se acomodaram nos moldes formais, mas que sempre foram constantes.

Segundo Carneiro, (2001) é em meio a esta dinâmica que o processo de emancipação⁵, de busca de igualdade de direitos das mulheres negras ganha força, estabelecendo novos desafios.

⁴ Sobre direitos sociais ver: VIEIRA, Evaldo A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. *Serviço Social e Sociedade*, nº 53, 1997.

⁵ Para TONET (2001), a emancipação que as mulheres negras buscam e conquistam é a emancipação política.

Para Araújo (2001), são motivadas pelo desejo de transformação da sua realidade que as mulheres negras aderiram aos movimentos feministas. Ao longo de sua trajetória, o feminismo criou tanto novos valores nas relações sociais como também muitos mitos de origem, entre eles o que se traduzia no paradigma de que todas as mulheres eram iguais.

O feminismo promoveu uma perspectiva universalista num discurso voltado para uma irmandade entre as mulheres e, desta forma, não dava ênfase às diferenças. É na década de 1980, diz Araújo (2001), que no seio do movimento feminista as mulheres negras começam a levar para as discussões as suas especificidades, tremulando uma nova bandeira de que eram mulheres, mas eram negras, logo, com especificidades da raça.

O feminismo, em suas formulações iniciais pelo menos, tem sido caracterizado pela ênfase na opressão comum da mulher, a experiência compartilhada da irmandade. No entanto, a tendência de focalizar a questão exclusivamente sobre as experiências comuns das mulheres leva a uma desconsideração das diferenças significantes entre elas, particularmente em termos de raça (King, 1993 apud Gehlen 2003).

Muitas ativistas feministas brancas, segundo a autora, vêm freqüentemente supondo que a postura anti-sexista delas aboliu todo preconceito racial ou comportamento discriminatório. Mas tal presunção é ingênua e reflete uma ignorância séria de como o racismo está impregnado na sociedade. Portanto, um feminismo que ignore as divisões raciais está gravemente aberto às críticas (ibid).

Esta postura ocasionou lutas internas no movimento feminista, pois, segundo comentários de Lélia Gonzalez em entrevista, as feministas brancas com orientação progressista e, aparentemente, de esquerda negaram o significado da raça e seu impacto nas vidas de mulheres negras, além de que as brancas eram hesitantes em relação à discussão sobre raça por causa da sua própria cumplicidade com a dominação racial. Enquanto na superfície parecia que as mulheres brancas e negras poderiam se unir e lutar contra sua opressão comum enquanto mulheres, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento (Caldwell, 2000).

O movimento feminista não acolhe as questões postas pelas mulheres negras, motivando-as para uma ação política organizativa específica em decorrência da insuficiência com que são tratadas as suas especificidades dentro do movimento feminista.

As mulheres têm esta mesma postura com o movimento negro, posto que em um estão os desdobramentos de gênero e no outro não são enfatizadas as questões raciais.

Isto vai culminar no que Carneiro (2001) evidencia como dupla militância, que se impõe às mulheres negras como forma de assegurar que as conquistas no campo racial não sejam inviabilizadas pelas persistências das desigualdades de gênero, e para que as conquistas dos movimentos feministas não privilegiem apenas as mulheres brancas.

Desta forma, o combate ao racismo empreendido pelas mulheres negras abrange também a busca por uma real inserção social nos movimentos existentes, passa a questionar as desigualdades existentes entre brancas e negras, se posiciona contrário ao discurso machista, bem como, ao discurso de caráter universalista de cidadania⁶, que deveria contemplá-las, mas que não passava de um mito.

Toda a história de luta construída pelas mulheres negras é, muitas vezes, desconhecida da população negra e, principalmente, das mulheres negras, como também são restritos os estudos sobre as diversas formas de organização das mulheres negras que povoam as favelas. Durante a vigência do golpe militar de 1964, os movimentos sociais tiveram que recuar, o que motivou, na década de 1970, diversos movimentos de base que surgiram a partir do desenvolvimento de laços de solidariedade (Correia, 1999).

Emerge daí a necessidade de explorar este campo. Marcar caminhos não percorridos ou insuficientemente batidos, capazes de levar a descobertas originais, é o início de uma nova proposição, na qual reivindicar melhores condições de vida não representa a conquista do poder estatal, mas significa, segundo Karner (1987), tratar de criar, de viver mais humanamente, não mais deixar alienar-se pelos outros e realizar diariamente atos de solidariedade.

As mulheres negras faveladas desconhecem, na sua grande maioria, o caminho de luta traçado pelos movimentos e organizações de mulheres negras, mas, ao contrário das falácias teóricas e políticas, não são apenas objetos da vontade do grupo dominantes, e sim também atrizes dotadas de percepção própria da sua situação que, de maneira informal, se organizam para modificá-la.

Gebara (2000), estudando as mulheres pobres, as nomeia de “desorganizadas”. Mesmo compreendendo o caminho traçado pela autora, que utiliza a expressão pelo fato das mulheres não pertencerem a movimentos sociais organizados, não se pode concordar, pois, segundo MOISÉS (1982), é visível a existência de uma ampla gama de formas as mais variadas pelas quais as classes populares se organizam. Por isso, não deixa de ser importante procurar essas formas, muitas vezes espontâneas, pois elas indicam uma determinação poucas vezes conhecida na história da organização.

Concorda-se com o autor supracitado em que há espontaneidade nas formas como as classes populares, aqui especificamente as mulheres negras faveladas, se organizam, porém a expressão da espontaneidade exige sempre que se tenha em conta que existem fatores que contribuem para a emergência dessas formas espontâneas de organização. Derivam da situação de pobreza em que vivem as mulheres negras, sobretudo as faveladas.

De acordo com Moisés (1982) a espontaneidade, uma das características fundantes da organização informal, não é desprovida de direção política, podendo ser vista como um esforço de organização e contendo, implícitos ou explícitos, ideais políticos. Por isso, ainda que pese toda a espontaneidade nessas ações, a grande questão que se coloca é a de uma alternativa político-organizatória.

⁶ Cidadania é um conceito bastante estudado por Marshall (1967), contempla os direitos civis, políticos e sociais. Para o autor, bastava ser membro da sociedade para se ter acesso a tais direitos. Apesar da apreensão do conceito de Marshall, os brasileiros e muito menos os negros(as) podem se sentir cidadãos, pois o princípio de igualdade que norteia o acesso à cidadania nunca se efetivou, uma vez que não é extensivo a todos.

Essas ações contêm a possibilidade de que seus participantes tomem consciência da realidade em que vivem, dos alcances e limites de suas próprias forças e, a partir desses movimentos, possam adquirir experiências, propondo novos modelos de organização e luta.

Essas organizações são formas não tradicionais de resistência, pois os movimentos decorrentes serão condicionados por estas modalidades e experiências de luta (Moisés, 1982).

A organização informal pode ser vista como uma forma de resistência das mulheres negras faveladas e dos pobres de maneira geral, dada sua natureza de surgir em meio à necessidade dos seres humanos de se relacionarem uns com os outros nas mais variadas formas de relações que incluem a amizade, inimizade, simpatia, antipatia, conflito, cooperação, busca de identidade e projeção, baseados em valores e crenças que são compartilhadas pelos membros do grupo (Fortes, 1992:2).

Brant (1980) classifica as formas de organização dos grupos populares como organizados de forma defensiva, grupos em busca de caminho alternativo de organização e organizações voluntárias. Esta classificação contém os aspectos da voluntariedade, da busca de alternativas, da solidariedade, da coesão social e da criatividade existentes na organização informal, no enfrentamento e na busca de suprir carências básicas, produzidas e reproduzidas pelo modo de produção capitalista. Tal sistema tenta encerrar os indivíduos no estreito círculo de seus interesses, impedindo, inclusive, que a solidariedade unifique os membros da sociedade, fazendo-os partilhar de modo mais justo os frutos do esforço comum.

Na atualidade, esta perspectiva individualista é reforçada pela globalização que, para Santos (2003), é de certa forma o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. As grandes transformações que o mundo tem passado, promovidas pela globalização, impõem à maior parte da humanidade uma realidade perversa, pois trazem internalizadas a competitividade, o culto ao consumo e a ilusória morte do Estado que se, por um lado, minimiza os serviços ao povo, tornando suas vidas mais difíceis, por outro lado, se fortalece para atender aos reclamos das finanças e de outros grandes interesses internacionais.

Esta realidade reforça dificuldades históricas de organização e ressalta que, a partir da organização informal, está se constituindo um novo processo participativo, construído pelos pobres, de maneira geral, e pelas mulheres negras, em particular, que já desencadearam este processo no seu cotidiano.

É no espaço do cotidiano, repleto de complexidades, que se forjam as lutas para a conquista dos direitos sociais das mulheres negras. E o processo de luta dessas mulheres vem se desenvolvendo a partir das desigualdades que têm como origem as relações sociais.

O cotidiano pode ser caracterizado de duas formas. Primeiro, como reflexo da sociedade capitalista e, segundo, como expressão da vida social com todas as suas tensões pois, ao mesmo tempo em que a vida cotidiana constitui-se no “resíduo” das estruturas sociais, é também nela que emergem as contradições que vão repercutir nos diversos espaços sociais que organizam a sociedade (Barbosa, 1983).

Na vida cotidiana dá-se a repetição, a produção e a reprodução das relações sociais dominantes, mas é nesse espaço que surgem elementos inovadores e propositivos, capazes de dar um corte e transformar essas relações.

A organização informal com sua espontaneidade, criatividade, solidariedade, é um projeto de resistência e mudança social concreto, revelando que a favela onde se desenrola o cotidiano da mulher negra não é um espaço apenas de miséria, mas também de grandeza, não apenas de alienação, mas também de crítica da realidade.

Referências

AMMAN, Safira Bezerra. Considerações críticas sobre o conceito de participação. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, 1991.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2001.

BRANT, Vinícius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: A emergência das classes populares em São Paulo. In: *São Paulo: O povo em Movimento*. São Paulo: Brasileira de Ciências Ltda, 1980.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas*. 2000.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: *Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira*. São Paulo: 2001.

FORTES, Licéia Cianca. Grupos informais no contexto de uma biblioteca universitária. *Transformação*. V. 8, nº 2. 1996.

GEBARA, Ivone. *A mobilidade da senzala feminina: mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo*. São Paulo: Paulinas, 2000.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. O estranho horizonte da crítica feminina no Brasil. In: *Vozes femininas, gênero, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2003.

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: *Cidade, povo, e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Maria Palmira. O anti-racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial. *Psicologia Política*. São Paulo: 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Tereza Cristina Vital de. *Com a palavra o Movimento Negro: Contestando o racismo e desmistificando a democracia racial*. Recife: 1997.

TOLEDO, Cecília. O gênero nos une, a classe nos divide. *Cadernos Marxistas*. São Paulo: 2001.

TONET, Ivo. *Educação cidadania e emancipação humana*. Tese, 200.

WARREN-SCHERER, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.